

SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

O espaço está na ordem do dia. Em grande parte, em virtude do processo de globalização e de alguns dos seus corolários, como a homogeneização social e a fragmentação regional. Nesses termos, ganha grande importância a discussão sobre o embate do global versus local. O eixo das discussões parece passar por algumas questões que podem ser resumidas da seguinte forma: o processo de globalização, que significa a difusão e a consolidação de uma ordem ou modelo social único, resultará no fim da importância que sempre tiveram as ordens ou modelos sociais regionais e locais, ou esses modelos conseguirão sobreviver via diversas formas de resistências e adaptações ? Ou, ainda, se ordens e modelos regionais e locais influenciarão decisivamente o “modelo consensual” ?

Dessa forma, além de ser importante entender o “modelo consensual”, classificado predominantemente como *modelo neoliberal*, torna-se fundamental a compreensão dos modelos regionais e locais. Ou seja, a diversidade sócio-territorial volta a ser um assunto digno de pesquisas e estudos, o que provoca a revalorização do espaço nas teorias sociais críticas e não críticas.

Assim, dessas teorias vêm resultando concepções de desenvolvimento que incorporam a dimensão espacial, entre as quais se destacam as concepções de desenvolvimento territorial, sócio-espacial e local. Essas concepções gestadas nas universidades e centros de pesquisa, acabam por influenciar políticas públicas governamentais ou não-governamentais, as quais procuram incorporar uma preocupação com a diversidade sócio-territorial, através de uma atenção com os modelos regionais e locais, que se sustentam, em grande medida, em fatores internos, como uma identidade cultural comunitária, mercados e fluxos geoeconômicos específicos, em recursos naturais, humanos e sociais próprios e em uma determinada configuração político-ideológica. É nesse

contexto que recuperam importância os conceitos que são fundamentais na estrutura da ciência Geográfica, tais como os conceitos de região, território, lugar e, evidentemente, os conceitos de espaço, espaço econômico e espaço geográfico. No âmbito deste artigo pretende-se discutir apenas o conceito de região. É evidente que nesta discussão os pontos de convergência entre os diversos conceitos geográficos podem aflorar e, em alguns casos, são considerados de forma especial, e isso acontece principalmente no que se refere ao conceito de território.

Pode-se afirmar que o objetivo deste artigo é analisar algumas contribuições importantes que estão sendo propostas no âmbito da Geografia brasileira, com o intuito de discutir o conceito de região num contexto em que ele ganha importância em termos teórico-metodológicos e prático-operacional, tornando-se importante também para outras disciplinas como a História, notadamente a História Regional.

E não é pequeno o interesse dos historiadores pelo espaço como prova o artigo de Ciro Flamarion Cardoso publicado nesta revista, e que gerou um outro artigo sobre o mesmo tema, escrito pelo autor deste texto sobre região, publicado no número seguinte da mesma revista. Dessa forma, a análise sobre o conceito de região desenvolvida neste artigo, significa uma continuação daquele debate, já que este conceito é fundamental para a ciência especializada nas questões espaciais, no caso, a Geografia.

O artigo divide-se em três partes. A primeira comenta um breve histórico sobre o conceito de região, buscando captar a perspectiva central a partir da qual evoluiu este conceito. A segunda discute algumas críticas fundamentais sobre as diferentes formas de considerar o conceito na Ciência Geográfica. Na última, analisa-se algumas das alternativas de reconsideração deste conceito no âmbito da Geografia e das demais ciências humanas e sociais. Este artigo não pretende ser uma referência básica para os especialistas do tema, mas tão somente um ponto de partida para estudantes e profissionais para os quais o conceito de região não consta como central nas disciplinas que fornecem a base dos seus cursos. É notório que os conceitos que consagram a dimensão espacial tornam-se cada vez mais considerados pelos cientistas sociais e planejadores, mas é fácil perceber também que estes profissionais, em grande parte, não estão considerando devidamente os avanços teóricos, conceituais e metodológicos que vem ocorrendo na Geografia. Assim, este artigo pretende divulgar e comentar discussões e considerações que corroboram aqueles avanços, no que se refere ao conceito de região.

PEQUENA HISTÓRIA DO CONCEITO DE REGIÃO

Paulo César da Costa GOMES afirma que a denominação *região* remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Gomes constata que “alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial”.¹

Gomes afirma também que outros conceitos de natureza espacial passaram a ser utilizados na mesma época como os conceitos de espaço (*spatium*) e o de província (*provincere*). Naquele momento, o espaço visto como “contínuo”, ou como “intervalo, no qual estão dispostos os corpos seguindo uma certa ordem neste vazio”, e a província como “áreas atribuídas aos controles daqueles que a haviam submetido à ordem hegemônica romana”.² O império Romano passa a ser representado por mapas nos quais as diversas regiões “representam a extensão espacial do poder central hegemônico”, mas, no entanto, nelas “os governadores locais dispunham de alguma autonomia [...], mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma”.³

Com o fim do Império Romano seguiu-se o processo de fragmentação regional que desembocou no poder descentralizado de territórios regionais do período feudal. A própria Igreja, segundo Gomes, reforçou este regionalismo político, ao utilizar “o tecido destas unidades regionais como base para o estabelecimento de sua hierarquia administrativa”. Nesse caso também fica evidente “a relação entre a centralização do poder, as várias competências e os níveis diversos de autonomia de cada unidade da complexa burocracia administrativa desta instituição”.⁴

A centralização do poder que resulta do surgimento do Estado moderno na Europa provoca o resgate do problema político-regional da manutenção do poder que emana de um centro, muitas vezes distante de suas periferias, nas diversas regiões que formam o território de um

¹ GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

² Id.

³ Id.

⁴ Id.

determinado Estado. Ou seja, ainda segundo Gomes, a questão é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, e se refere à “relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido”⁵.

A partir de seu breve mas instigante histórico sobre o conceito de região, Gomes chega a três grandes conclusões: o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; o debate sobre o conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc; e, por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência⁶.

Gomes conseguiu distinguir também pelo menos três grandes domínios nos quais a noção de região está presente. O primeiro é a própria “linguagem cotidiana do senso comum”. Aqui os princípios fundamentais são o de localização e extensão. Emprega-se expressões como “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, ou “a região da cidade X”. Percebe-se que os critérios são diversos, não há precisão nos limites e a escala espacial também varia bastante. O segundo domínio é o administrativo, ou seja, a região é vista como uma *unidade administrativa*. Sabe-se que desde o fim da Idade Média “as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas”. Nesse caso, a divisão regional é a base para definição e exercício do controle na administração dos Estados e de suas sub-unidades, quando for o caso. É preciso destacar que muitas vezes empresas e instituições (como a Igreja Católica) utilizam os recortes regionais para delimitação de circunscrições hierárquicas administrativas. O terceiro domínio é o das “ciências em geral” nas quais o emprego da noção de região associa-se também a idéia de localização de determinados fenômenos. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”⁷.

⁵ Ibid., p.52

⁶ Id.

⁷ Ibid., p. 53-54.

As tentativas de “elevar” o conceito de região ao nível de um conceito científico têm se verificado como fundamentais na Geografia. As dificuldades são muitas, já que os geógrafos, assim como outros cientistas sociais, herdaram “as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo deste conceito nos impõe”⁸.

Os geógrafos passam, então, a adjetivar a noção de região como uma tentativa de “diferenciá-la de seu uso pelo senso comum”⁹. Nos últimos dois séculos surgiram os conceitos de região natural, região geográfica, região homogênea, etc. As discussões que passam a ser travadas sobre eles acabaram provocando debates nos quais o tema predominante passou a ser “a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico”¹⁰. O resgate destes debates e discussões não é objeto deste artigo, mas existem um série de bons trabalhos em português que podem ser consultados¹¹. O objetivo deste artigo é muito mais identificar e discutir algumas alternativas teórico-metodológicas para o conceito de região, que o atualize num contexto no qual se destaca o processo de globalização. As referências a estes debates só são feitas quando elas são indispensáveis para se atingir aquele objetivo.

CRÍTICAS ÀS DIFERENTES CONSIDERAÇÕES DO CONCEITO DE REGIÃO

Recorre-se em primeiro lugar a Iná Elias de CASTRO que em texto sintético, mas bastante esclarecedor, procura identificar os “paradigmas subsumidos” nos mais influentes “modos de ver a região”, ao mesmo tempo em que procura tratar também da questão da escala espacial, “pensada como exercício epistemológico de integração e não como exercício matemático de representação cartográfica”, tendo em vista que a utilização do conceito de região envolve sempre um determinado nível escalar, o qual pode variar, por exemplo, de níveis

⁸ Ibid., p. 54.

⁹ Id.

¹⁰ Id.

¹¹ Id.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.
LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

correspondentes a um quarteirão ou a um hemisfério. Com isso, Castro procura “retornar o tema região, tentando superar os impasses metodológicos que os paradigmas científicos clássicos e as diferentes perspectivas geográficas lhe impuseram”¹².

Para ela o paradigma clássico dirigiu as pesquisas geográficas, “tanto através da sua vertente positivista como da dialético-materialista”, e “ambas trouxeram avanços e problemas para a pesquisa regional”¹³. É o que ela tenta explicar ao afirmar que:

Na vertente positivista, o primado da disjunção e da redução do complexo ao simples impôs essa escala regional como ponto de partida metodológico, valorizando a indução e minimizando as possibilidades da dedução. Na vertente materialista, a determinação da base material, em última instância, num bem estruturado edifício teórico-metodológico, no qual a totalidade impunha-se inexoravelmente sobre a unidade, eliminou as possibilidades explicativas da escala regional, impondo a dedução a partir de um construto teórico que não dava espaço às singularidades e particularidades”¹⁴.

Dessa forma, a vertente positivista privilegia a escala regional e a materialista a escala planetária. Para Castro tinha-se aí “duas armadilhas metodológicas para a geografia: a perspectiva lablachiana, a mais influente na primeira vertente, aprisionou a escala planetária submetendo-a à regional; a perspectiva materialista aprisionou a escala regional, submetendo-a à planetária”¹⁵.

Na vertente positivista “a região era a abordagem fundamental do método geográfico”. Assim, “todos os fenômenos podiam ser percebidos e explicados nessa escala”. No entanto, nesta perspectiva não se conseguiu propor uma estrutura lógico-dedutiva consistente, confinando a Ciência Geográfica a um “forte provincianismo acadêmico”. Na vertente materialista, “nenhuma causalidade ou plausibilidade era reconhecida nessa escala; a região tornou-se um epifenômeno”. Isso porque nesta perspectiva a “aceitação de qualquer determinação ou mesmo de

¹² CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Natureza e Sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 56.

¹³ Ibid., p. 57.

¹⁴ Id.

¹⁵ Id.

explicação do nível regional era contraditória com a estrutura teórica de seus argumentos”¹⁶.

Aqui não se está muito distante do debate global-local, e sobre esta questão relacionada as possibilidades do conceito de região, é importante recorrer-se ao argumento de Ron Martin quando ele afirma que “os eventos econômicos locais devem, portanto ser explicados em termos do encaixe e da interação de ambos, as estruturas específicas locais e as estruturas mais gerais, nacional e internacional, com a importância relativa e interação desses diferentes campos espaciais de poderes causais variando de área para área”¹⁷.

Assim, para Martin, deve-se trabalhar com uma “pluralidade real” que, por sua vez, necessita ser abordada, através de uma “pluralidade conceitual, dada a natureza da economia e da relatividade epistêmica: não se deve nem deveria se esperar que uma única teoria revelasse a complexa totalidade”¹⁸. Ele esclarece melhor seu argumento de defesa de uma pluralidade conceitual, quando afirma que.

Em princípio, esta abordagem evita tanto as ciladas do grosseiro determinismo totalizante do tipo reducionista econômico como o pluralismo sem restrições do pós modernismo: ela combina a busca de explicações de estruturas profundas com o recolhimento de que essas explicações são, contudo, diferenciadas de lugar para lugar. Epistemologicamente falando, o relativismo deve ser adotado abertamente pelos teóricos realistas.^{19 19}

Para reforçar este campo de crítica às teorias totalizantes como propostas que desvalorizam epistemologicamente o conceito de região, pode-se recorrer ainda a Nigel THRIFT quando ele lembra que:

“A balbúrdia da variação espacial é um desafio para esta espécie de sistema teórico porque ela questiona até que ponto um sistema teórico

¹⁶ Ibid., p. 58.

¹⁷ MARTIN, Ron. Teoria Econômica e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 53.

¹⁸ Id.

¹⁹ Id.

pode explicar e planejar minuciosamente todas as diferentes geografias da sociedade moderna”.²⁰

Na crítica sistematizada de Iná Elias de Castro ambas as vertentes são vistas como fundamentadas em grandes teorias totalistas. No entanto, nesse ponto de entusiasmo crítico não é despropositado resgatar um argumento arguto de Derek GREGORY quando ela destaca que “muitos críticos desaprovam agora a teoria totalizante, mas minha preocupação não é tanto que se deva abandonar as metanarrativas, [...] mas sim que é preciso observar cuidadosamente o que elas colocam no seu lugar e, igualmente, o que elas excluem”²¹.

Esse argumento de Gregory indica a necessidade de se pensar muito seriamente nas alternativas possíveis às teorias e aos conceitos questionados por um vigoroso movimento crítico que vem desenvolvendo-se nas últimas duas décadas no âmbito das teorias sociais.

ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES PARA O CONCEITO DE REGIÃO

Iná Elias de Castro a partir de sua análise das duas grandes vertentes que lideram as pesquisas nas quais o conceito de região foi considerado de formas diferentes na Ciência Geográfica, parte para propor uma “alternativa metodológica para a região e para o lugar”, centrada em três premissas principais: a superação dos determinismos; o recolhimento, como questão central, da complexidade dos fenômenos; e a consideração da escala como problema fenomenológico e não matemático. Isto porque, para ela “a realidade, que é complexa, coloca-nos diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica”²².

²⁰ THRIFT, Nigel. Visando o âmagô da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 228.

²¹ GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 118.

²² CASTRO, op. cit., p. 61.

Essa complexidade do real precisa ser recortada a partir de uma escolha acertada da escala, que tenha uma dimensão fenomenológica, a qual deve permitir perceber a escala como uma medida pertinente às possibilidades de um conhecimento mais correto da realidade.

O importante é não fixar a explicação apenas na própria região, nem, exclusivamente na totalidade que abarca, sob pena de cair nas armadilhas já apontadas por ela mesmo.

Castro não se detém em propor uma alternativa de forma exaustiva, mas apenas em indicar linhas gerais de reconsideração do conceito de região. O que há de mais importante na sua proposta é sugerir uma certa aproximação entre os conceitos de região e território. Para tal, ela recorre a Jean-Paul FERRIER²³ que considera o território como desempenhando o papel de “acumulador da história”. Assim, para Castro, a região pode ser vista como um “acumulador espacial de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira estrutura sujeito na relação histórica do homem com seu território”²⁴.

A aproximação que é proposta por Castro, é definida também por Gomes, o qual parece ter encontrado a argumentação decisiva em favor desta tese ao afirmar que:

“De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território”.²⁵

É verdade que neste argumento de Gomes há uma certa “onipotencialização científica” conforme a definição de Antonio Henrique Gouveia da CUNHA²⁶. Essa tentativa de denunciar o perigo de uma “solidariedade total com o senso comum” na consideração do conceito de região, carrega uma certa dose de intelectocentrismo, pois

²³ FERRIER, Jean-Paul. **La géographie, ça sert d'abord á parler du Territoire ou le métier des géographes**. Aix-en-Provence: EDSUD, 1984.

²⁴ CASTRO, op. cit., p. 62.

²⁵ GOMES, op. cit., p. 73.

²⁶ CUNHA, Antonio H. G. de. **Superação dos impasses filosóficos e científicos no rumo civilizatório**. Foz de Iguaçu: Edições Pluri-Uni, 1997, p. 56.

representa bem, como a “consciência intelectual” assenhora-se da “tríade conhecimento-verdade-ciência, monopolizando seu acesso através dos recursos que engendrara, máxime entre eles o método”²⁷. Antonio CUNHA defende que é preciso ter em mente que a consciência intelectual é “somente um traço do homem” e que não se deve confundí-la com “intelectualidade”, que corresponde à “faculdade intelectual” do homem, cuja a “raiz é a inteligência”²⁸.

A conclusão de Cunha é que “é necessário voltar e constituir o paradigma geral das percepções humanas, a fim de que se atinja uma concepção mais ampla, que envolva tanto os aspectos intelectuais do homem, quanto os não-intelectuais”²⁹.

Para isso, é preciso ter claro, aplicando-se este argumento à questão do conhecimento, que para Cunha também se divide em intelectual e não-intelectual, que o conhecimento intelectual “foi conscientizado, ou seja, foi obtido por um sujeito que se auto-interpreta, se destitui da pessoalidade, foi visto numa preocupação prioritária com a verdade, passou pelo controle de um método e, às vezes, por repetidos experimentos a fim de dominar-se sua regularidade”. Ao contrário, o conhecimento não-intelectual, “embora ligado à intelectualidade antropológica surge espontaneamente, sem objetivos previamente formulados, muitas vezes intuitivos, outras vezes herdados”. Ou seja, para Antonio Cunha, “o conhecimento intelectual é mais mediato, enquanto o conhecimento não-intelectual é mais imediato. Aquele, mais mediato, este, mais perceptivo”³⁰.

O que interessa aqui é que a partir desta argumentação de Antonio CUNHA, pode-se concluir que as noções de região vistas pelo prisma do “senso comum” correspondem a formas de conhecimento não-intelectual, não necessariamente destituídas de valor explicativo. Nesses termos, um conceito de região que se quer abarcando a “complexidade do real”, conforme o argumento de Iná Elias de Castro, deve ou não considerar também as noções de região próprias do “senso comum”? Ora, essa questão parece querer adiantar algumas das conclusões dos textos, o que não é o caso, pois antes é indispensável uma análise mais detida da proposta de aproximação dos conceitos de região e território, conforme os argumentos de Castro e Gomes, mostrando que esta proposta centra-se no

²⁷ Ibid., p.56.

²⁸ Ibid., p. 58.

²⁹ Ibid., p. 57.

³⁰ Ibid., p. 72.

resgate da referência clássica ao conceito de território, que é a idéia de poder, como lembra Manuel Correia de ANDRADE quando afirma que o conceito de território está muito relacionado “a idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área”³¹. Nessa linha teórico-conceitual Marcelo José de SOUZA defende que território é “o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”³².

No entanto, é importante não perder de vista que Rogério HAESBAERT e Éster LIMONAD defendem que esta é apenas uma das “abordagens conceituais de território”, denominada por eles de “vertente jurídico-política”. Além dessa, existem também as “vertentes culturalista e econômica”. A primeira prioriza aspectos subjetivos relacionados às identidades e representações, enquanto a segunda centra-se nas questões locacionais, de competitividade, inovações tecnológicas e desenvolvimento³³.

Acredita-se que é útil, em determinadas abordagens analisar uma determinada fração do espaço geográfico incorporando a ela a dimensão política, na melhor tradição do conceito de território. Principalmente, se o objetivo é ter as bases sócio-espaciais básicas definidas, visando a formulação de políticas públicas, que venham a transformar e dinamizar comunidades específicas. A caracterização territorial permite identificar as relações de domínio, controle e gestão que são próprias de um determinado território. Ou seja, com isso pode-se desnudar o exercício do poder que, naturalmente, ou melhor, socialmente, relaciona-se a grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais e configurações políticas e econômicas próprias de uma determinada região. E, aqui, volta-se a utilizar a palavra região, para marcar uma das posições assumidas no presente texto de que o conceito de região não deve ser substituído, simplesmente, pelo de território. Considera-se o conceito de região mais abrangente do que o de território. Assim, a definição de região e sua análise deve considerar todas as dimensões caracterizadoras de um

³¹ ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 213.

³² SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 78.

³³ HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. O território em tempos de globalização. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1º semestre 1999, p. 12.

determinado recorte sócio-espacial, entre elas a territorial, mas não apenas ela.

Nesses termos, torna-se importante o posicionamento de Rogério HAESBAERT, tendo em vista que ele parte para a redefinição do conceito de região no contexto atual do processo de globalização. Seu ponto de partida é a constatação de que “a diversidade territorial do mundo contemporâneo é resultado de duas grandes tendências ou lógicas sócio-espaciais, uma decorrente mais dos processos de diferenciação/singularização, outra dos processos de des-igualização, padronizadores (mas nem por isso homogeneizantes)”³⁴. Assim, para Haesbaert, a diversidade territorial, enquanto fundamento para a regionalização como processo geral, acontece de duas formas: pela “produção de particularidades, do desigual (diferenças de grau), que vincula os espaços em distintas escalas” e pela “produção de singularidades, do específico (diferenças de natureza), em geral mas não exclusivamente de base local e sem relação obrigatória com realidades geográficas em outras escalas”³⁵. Os dois processos sócio-espaciais contemporâneos que determinam estas manifestações, a partir de um “jogo complexo de articulações mútuas na dialética constantemente transformadora da quantidade em qualidade”, são o “aviltamento das desigualdades pelo capitalismo global altamente seletivo e, portanto, excludente” e “o reafirmar das diferenças por movimentos sociais baseados no resgate ou reconstrução de identidades (religiosas, étnicas, nacionais, etc.)”³⁶.

Dessa forma, Haesbaert defende uma atualização do conceito de região levando-se em conta o grau de complexidade muito maior na definição dos recortes regionais, atravessados por diversos agentes sociais que atuam em múltiplas escalas, a mutabilidade muito mais intensa que altera mais rapidamente a coerência ou a coesão regional e a inserção da região em processos concomitantes de globalização e fragmentação³⁷.

Ainda segundo Haesbaert a região vista como um conceito “não deve cair nem na visão de região como algo auto-evidente a ser descoberto [...] nem como simples recorte apriorístico, definido pelo pesquisador com base unicamente nos objetivos de seu trabalho”³⁸. A sua

³⁴ Ibid., p. 7.

³⁵ Ibid., p. 8.

³⁶ Id.

³⁷ HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999, p. 15.

³⁸ Ibid., p. 159.

posição é considerar “região enquanto conceito, instrumento de interpretação do real, e regionalização enquanto instrumento de investigação, de forma análoga ao método de periodização dos historiadores”³⁹.

O importante é que a análise de Haesbaert não propõe desconsiderar por completo as características do conceito de região identificadas entre os clássicos da Ciência Geográfica como a singularidade ou diferenciação espacial, a coesão e a integração entre múltiplas dimensões do espaço, a estabilidade e contiguidade espacial e uma definição escalar subnacional ou local (meso-escala). O que ele propõe é uma relativização destas características a partir de uma consideração com o processo de globalização, o qual passa a ser decisivo na “produção da diversidade territorial”, o que leva Haesbaert a concluir que o fundamental não é avaliar um conceito, mas sim, no caso do conceito de região, ser capaz de “reconhecer a natureza dos novos-velhos processos que constroem o espaço geográfico, neste jogo indissociável entre des-igualdade e diferença – a primeira, centro da geografia marxista, a segunda, fundamento de uma geografia pós-moderna e/ou pós-estruturalista⁴⁰. Está claro que para ele, as questões fundamentais, no que se refere ao conceito de região, passam pelos processos de regionalização, de criação e recriação do que ele chama de diversidade territorial. Quando ele chama atenção também para os “velhos processos” de regionalização, está implícito que estes processos transformam-se historicamente, o que torna fundamental para a História a identificação e compreensão destes processos nas diferentes épocas e lugares. Com certeza, é por aí que se pode entender, por exemplo, a preocupação de Ciro Flamarion Cardoso com o espaço⁴¹.

Ora, se o importante são os processos de regionalização e que há nos diversos conceitos de região características que podem ser fundamentais, relativamente ao “real” que se quer analisar, as noções de região enraizadas no “senso comum” não têm porque serem descartadas *a priori*. Ou seja, em princípio, elas podem, de acordo com a configuração sócio-espacial que está sendo considerada pelo pesquisador ou planejador, conterem percepções altamente pertinentes aos fenômenos efetivos na construção daquela configuração. Assim, é preciso ir um

³⁹ Ibid., p. 15.

⁴⁰ Ibid., p. 18.

⁴¹ CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 7-23, verão 1998.

pouco mais cuidadosamente com as noções que surgem no interior mesmo da própria complexidade do cotidiano. Entre elas, com certeza, está a noção de região.

Não se pode encerrar sem antes chamar atenção para uma outra questão que se pode desprender da citação conclusiva de Haesbaert, exatamente no ponto em que ele faz referências aos “novos-velhos processos que constroem o espaço geográfico”. É preciso ter claro que o fazem a partir de certas possibilidades de “cooptação espacial” que variam em termos históricos e geográficos e que constroem e direcionam os rumos tomados pelos processos sociais. Em outras palavras, o espaço geográfico não é só produzido, mas também produz. Ele não é só reflexo de determinadas relações sociais, mas influencia decisivamente estas relações⁴². Na verdade, trata-se de uma velha discussão no âmbito da geografia, para a qual Edward SOJA deu uma contribuição significativa, ainda pouco considerada pelos cientistas sociais, e que precisa ser melhor apreendida pela Ciência Geográfica, principalmente no que se refere às suas preocupações centrais, que visam a “revalorização do espaço na teoria social crítica” e contribuir na construção de “um materialismo histórico-geográfico”⁴³.

Um desdobramento importante, que surge de uma posição que não reduz o espaço a um mero reflexo, é a concepção que defende existir nos territórios/regiões (e aqui estes conceitos aparecem novamente muito próximos) uma *dimensão territorial do desenvolvimento*. Os adeptos desta concepção trabalham com um conceito de território/região que “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades”⁴⁴. Segundo ainda Ricardo ABRAMOVAY, neles se faz presente “o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”⁴⁵. A “proximidade social” é fenômeno intrínseco aos territórios/regiões, e permite “a montagem de **redes**, das **convenções**, em suma, das **instituições** que permitem ações cooperativas

⁴² CUNHA, Luiz A. G. Por um projeto sócio-espacial de Desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p 91-114, inverno 1998, p. 98.

⁴³ SOJA, Edward N. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

⁴⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPF; Governo do Ceará, 1998, p. 7.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 2.

[...] capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade”⁴⁶. Nesses termos, o território/região passa a ser visto como um *ator*, no qual a proximidade e a aglomeração permitem a diminuição da incerteza, que, por sua vez, num verdadeiro círculo virtuoso, favorecem a proximidade e a aglomeração de atores. A visão tradicional neoclássica de território/região como consequência é superada pelo reconhecimento da importância primeva e seminal do território/região como dinamizadores ou não de processos de desenvolvimento. O que é colocado em evidência neste caso são os ativos relacionais e/ou coordenacionais, e não apenas os recursos naturais e humanos e os atributos de localização e setoriais. Em outras palavras, região é considerada como fração do espaço, catalisador de determinadas relações e convenções que o definem e caracterizam. Essa concepção é central em Michael STORPER (talvez não por acaso colega de Soja na mesma universidade californiana) e vem influenciando de forma significativa a incorporação da dimensão espacial em concepções renovadas de desenvolvimento e o próprio conceito de região com o qual trabalham uma grande parcela dos cientistas sociais⁴⁷.

CONCLUSÃO

Os debates e discussões sobre o conceito de região são bastante antigos no âmbito da Ciência Geográfica. Ao contrário, nas demais ciências humanas e sociais as querelas sobre o tema sempre foram pontuais, localizadas, importando mais à algumas “Escolas” e disciplinas, e ganhando ou perdendo importância de acordo com determinadas conjunturas históricas.

O contexto atual corresponde a um destes momentos dentre os quais o conceito de região ganhou importância. Isso porque, a globalização torna mais complexos os processos de regionalização e algumas alternativas e possibilidades do conceito de região passam pela consideração da região – enquanto fração do espaço geográfico catalizadora de determinadas relações e convenções - como um ator social fundamental na transformação de comunidades regionais e locais. Não é improvável, que esta nova perspectiva de considerar a região, possa ser aplicada aos estudos históricos, o que poderá demonstrar que determinadas transformações histórico-geográficas dependeram de uma

⁴⁶ Ibid., p. 3.

⁴⁷ STORPER, Michael. **The regional world**: territorial development in a Global economy. New York-London: Guilford Publications, 1997.

configuração sócio-espacial pré-existente, num sentido muito mais ativo e determinante do que antes se considerava. O importante é que as novas alternativas e possibilidades de consideração e aplicação do conceito de região estão disponíveis para serem enriquecidas por novas pesquisas que as utilizem, num círculo virtuoso que, com certeza, engendrará avanços consideráveis nas ciências humanas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPP; Governo do Ceará, 1998.
- CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 7-23, verão 1998.
- CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CUNHA, Antonio H. G. de. **Superação dos impasses filosóficos e científicos no rumo civilizatório**. Foz de Iguaçu: Edições Pluri-Uni, 1997.
- CUNHA, Luiz A. G. Por um projeto sócio-espacial de Desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p 91-114, inverno 1998.
- FERRIER, Jean-Paul. **La géographie, ça sert d'abord á parler du Territoire ou le métier des géographes**. Aix-en-Provence: EDSUD, 1984.
- GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
- GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, p. 90-122.

- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. O território em tempos de globalização. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1º semestre 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- SOJA, Edward N. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a Global economy**. New York-London: Guilford Publications, 1997.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 215-247.

RESUMO

SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

O artigo comenta um breve histórico sobre o conceito de região, analisa a utilização do conceito na Geografia e discute algumas alternativas e possibilidades deste conceito no âmbito da Ciência geográfica e de outras ciências humanas e sociais. O objetivo é muito mais divulgar e comentar debates e discussões básicas sobre o tema, do que analisar de forma exaustiva estas querelas. O artigo quer ser um ponto de partida para estudantes e profissionais que estão procurando incorporar a dimensão espacial nos seus estudos e pesquisas e não são especialistas em Geografia.

Palavras-Chave: Região, conceito; Geografia, pesquisa, Geografia.

ABSTRACT

ABOUT THE CONCEPT OF REGION

This article is a brief historical comment about the concept of region. It analyses the use of this concept in Geography and discusses some alternatives and possibilities of it in Geographic Sciences and other Human and Social Sciences. Our main goal is to disclose and comment basic debates about the subject and not exhaustive analyses on it. This article intends to be a starting point for students and professionals who are trying to assume in their studies and research the spatial dimension and are not experts in Geography.

Key words: region, concept, Geography, research.

Revista de História Regional 5(2): 39-56. Inverno 2000.